

MALES DE ORIGEM: O PENSAMENTO SOCIAL DE MANOEL BOMFIM ATRAVÉS DA OBRA AMÉRICA LATINA (1905)

Josenias dos Santos Silva

Mestrando do Programa de Pós-graduação em História do Brasil
Universidade Federal do Piauí
josenias.silva@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo expõe o inadvertido primeiro contato do seu autor com Manoel Bomfim, bem como apresenta e discute algumas ideias manifestas na obra *América Latina* (1905). Para tal abordagem procura situar Bomfim dentro de seu contexto intelectual de produção, bem como problematizar as razões que o fizeram ser qualificado como pensador original, *ilustrado* ou mesmo “esquecido” dentro da historiografia brasileira. O artigo ainda procura refletir sobre o lugar ocupado hoje por Manoel Bomfim dentro da Academia, especificamente, no contexto da produção historiográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Manoel Bomfim. Historiografia. América Latina.

ABSTRACT: This paper presents my first inadvertent contact Manoel Bomfim and discusses some ideas manifest in the work of *Latin America* (1905). For this approach we seek to situate the author within his intellectual context of production as well as to question the reasons that made him qualify as an original thinker, *illustrated* or even “forgotten” in the Brazilian historiography. The article also attempts to reflect on the place occupied today by Manoel Bomfim within the academy, specifically in the writing of history.

KEYWORDS: Manoel Bomfim. Historiography. Latin America.

É sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo as regras de uma “polícia” discursiva que devemos reinventar em cada um de nossos discursos. (FOUCAULT, 2010:35).

1 Primeiro contato com Manoel Bomfim

Meu primeiro contato com a obra de Manoel Bomfim se deu apenas na Pós-Graduação, porém não fui eu quem procurou conhecê-lo, antes foi ele que se apresentou

a mim em uma situação muito singular que alguns até chamariam fatalidade, mas prefiro nomeá-la de *sorte*. Digo isso não porque acredite em sorte ou azar, mas porque algo de diferente no meu modo de pensar a historiografia brasileira mudou, a partir do momento em que conheci Manoel Bomfim. Primeiro me perguntei pelas razões de não tê-lo conhecido antes, ora, eu estava na Pós-Graduação em História do Brasil; logo percebi assustado que a maioria dos dezenove alunos de minha turma também não o conhecia, e se alguns tinham ouvido antes falar em seu nome, não o tinham lido.

Durante alguns dias, fiquei remoendo seu nome em meus pensamentos, um pouco atormentado por que me fora incumbido aquela tarefa, que acabou se constituindo em “missão”, de apresentá-lo em um seminário? Mas como apresentar o que não se conhece? Eis aí a segunda questão, agora de ordem prática, que me coloquei: como falar no âmbito da Academia daquilo que não se conhece? Não nego que cheguei a invejar meus companheiros de turma, uns falariam de Gilberto Freyre outros de Capistrano de Abreu, outros de Celso Furtado e eu, irremediavelmente, de Manoel Bomfim. Era o que eu esperava no final de tudo, um bom fim, mas ainda sem saber como.

A primeira obra que me caiu nas mãos, a do seminário é claro, foi *América Latina: males de origem*, fiquei a observar o volume fechado, por alguns instantes, como geralmente faço com outros livros, contive minha curiosidade, confesso que não estava disposto a caminhar fora da vereda em que geralmente caminhamos em nosso processo de formação acadêmica. Mas fazer o quê? Eu fui o escolhido, apenas adieei suficientemente a leitura do livro. Enquanto isso eu curtia os seminários de meus colegas de turma, sabendo que mais cedo ou mais tarde seria eu o próximo, sem apelação. Fazer o quê (eu ainda pensava assim) quando a sorte não vem?

Para encurtar a história vou relatar a primeira vez que resolvi falar com Manoel Bomfim. Acho que ele já estava ficando chateado com minhas recusas. Comecei inadvertidamente pela Advertência escrita pelo próprio Bomfim em 1903: “Um livro deve explicar-se por si mesmo.” (BOMFIM, 2003:35). Bem, não era o convite que eu esperava, mas dava um sinal de que o homem era direto. Fui percorrendo a vista lentamente até topar com outra coisa que me chamou atenção: “Este livro deriva diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América.” (BOMFIM, 2003:36). Também não era o que eu esperava, entre tantas palavras, Amor e Solicitude me fizeram descrever do subtítulo do livro (males de origem). Logo pensei, mais um romântico romantizando.

Ao finalizar a leitura da Advertência, fiquei mais intrigado ainda: “A paixão da linguagem, aqui não dissimulada, traduz a sinceridade com que essas coisas foram pensadas e escritas.” (BOMFIM, 2003:38). Deu para ver agora, que a paixão era escancarada, sincera e pensada. Pensamento e Paixão. Como isso é possível, tendo em vista que o autor viveu boa parte de sua vida no século XIX e que escreveu isso no começo do século XX, indo contra toda a corrente cientificista que nutria verdadeira ojeriza a essas coisas de paixão, especialmente na linguagem? Resolvi não teorizar. Afinal de contas era só uma Advertência, nada mais. Mas para quê ou para quem uma advertência, logo em um livro? Fiquei assustado, já que sempre imagino que advertências sejam coisas graves para situações graves.

Advertido, comecei a leitura da primeira parte do livro, ainda “de pé atrás,” fui folheando página por página, como quem passeia em uma rua escura longe de seu bairro. Aos poucos fui me dando conta da novidade que era ler um pensador do início do século XX como se fosse um desses críticos das coisas de hoje, que fala da exploração de uns pelos outros, dos vícios do Estado, da falta de uma boa educação que seja realmente gratuita e popular, do patrimonialismo, do clientelismo, e todos os *ismos* nefandos de nossa constituição enquanto povo que se reconhece brasileiro. Enfim, já chegando ao clímax da leitura, fui ganhando confiança, me desarmando e montando estratégias para capturar o máximo das principais ideias do livro, que, como descobri posteriormente, (ALVES FILHO, 2008:88) é a síntese do pensamento mais original de Manoel Bomfim.

Ao concluir a leitura do livro me dei conta de que precisava escarafunchar mais sobre o Homem e sua Obra. Novo susto, nova surpresa, senti-me lançado ao vácuo; nada na biblioteca, nada com os colegas de turma, nada com os colegas dos colegas de turma. Nada, nada, nada. Uma ideia. Bendito seja o *Google* que nos uniu. Digitei Manoel Bomfim, surgem na tela algumas páginas insignificantes, quase nada confiável e uma certeza, Manoel Bomfim era desconhecido não só de minha turma de Pós, mas de boa parte de toda Graduação, de toda Pós-Graduação no Brasil. Como cheguei a essa conclusão? Digitei no mesmo *Google* Gilberto Freyre.

O final dessa minha longa história teve um fim e um começo, o fim é que apresentei meu seminário, faltou energia na hora, a sala estava um forno, não fiz lá grandes comentários sobre o ilustre desconhecido Manoel Bomfim, mas, de consciência tranquila acredito que também não o enterrei mais. O começo foi que, após o seminário, eu escarafunchei mais sobre este pensador quase esquecido e descobri algumas coisas

que haviam passado despercebidas na minha ânsia seminarística. Por exemplo, existe uma boa biografia sobre Manoel Bomfim, algumas de suas obras estão sendo reeditadas e já há um bom número de comentadores de sua obra¹. Descobri que devemos lançar novos olhares sobre a historiografia brasileira, buscar novos ângulos, questionar os lugares já naturalizados de uns e os vácuos, as não presenças de outros, naquilo que chamamos historiografia brasileira ou pensamento social brasileiro, mas que, na verdade, como fui descobrindo quase que de maneira traumática, é um jogo de cartas marcadas.

2 Males de origem

Manoel José Bomfim nasceu no estado de Sergipe em 1868, filho de Paulino José e Maria Joaquina, era apenas mais um entre os treze filhos vivos do casal Bomfim. Manoel teve uma formação em medicina na cidade do Rio de Janeiro, chegando a exercer cargos de jornalista, professor, deputado federal, secretário de Educação e diretor do Instituto de Educação. Complementou sua formação com um curso de psicologia experimental em Paris (1903) indo estudar na Sorbonne com Alfred Binet. Estudioso das “coisas” do Brasil, médico e cientista social, Manoel Bomfim publicou várias obras das quais se destacam, além de *A América Latina* (1905), *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931). Destacam-se também *Através do Brasil* (em parceria com seu amigo Olavo Bilac, 1910) e *Lições de Pedagogia* (1915). Manoel Bomfim morreu em 1932 e foi sepultado juntamente com sua obra, que foi ignorada durante décadas e só recentemente começa a ser discutida seriamente no âmbito da academia. (ALVES FILHO, 2008:73-78)

Para a economia desse texto não me proponho a abordar cronologicamente a biografia² de Manoel Bomfim, me centrarei apenas em questões que ajudem a situá-lo enquanto homem de seu tempo, enquanto pensador do Brasil na transição do século XIX para o século XX, como nos chama atenção José Carlos Reis (2006) para o fato de que Bomfim viveu exatamente 32 anos em cada século. Também me centrarei exclusivamente na análise da obra mais significativa e mais conhecida de Manoel Bomfim: *A América Latina: males de origem* (BOMFIM, 2005). Nesta obra, o médico

¹ Sobre estas obras ver a bibliografia deste artigo onde referencio algumas delas.

² Uma boa biografia sociológica de Manoel Bomfim foi a publicada pela Topbooks (2000) de Ronaldo Conde Aguiar que mescla a vida e a obra do médico sergipano em um tom leve e profundo. (AGUIAR, 2000)

sergipano apresenta os resultados de um trabalho intelectual intenso que durou cerca de nove anos, sendo concluído em 1903 e lançado ao público apenas em 1905.

Bomfim dividiu seu livro em cinco partes expondo em cada um delas sua reação à visão negativa e preconceituosa dos europeus sobre a América do Sul, que apontavam como causa do atraso deste continente a degeneração de raças inferiores ou “misturadas”, bem como a insalubridade do meio e os rigores do clima tropical.

Na primeira parte, “A Europa e a América Latina”, Bomfim critica a visão estereotipada do europeu sobre o continente latino-americano, que, segundo ele, ignora sua história, deprecia sua vida política e lança mão de preconceitos que fragilizam a opinião do povo latino-americano sobre si mesmo. Na segunda parte, “Parasitismo e Degeneração”, Manoel Bomfim se apropria do conceito biológico de parasitismo dos franceses Massart e Vendervelde e o transpõe para a análise da constituição histórica e social do continente americano. Ainda na segunda parte, Bomfim aponta como causa dos males dos países sul-americanos o seu processo de colonização pelas metrópoles ibéricas, que, na sua visão, agiram como parasitas ao submeter o continente a um regime perverso de exploração.

A terceira parte, “As nações colonizadoras da América do Sul”, é uma busca das origens históricas do parasitismo ibérico, que, para Bomfim, advêm de seu espírito guerreiro e à inclinação depredadora dos povos peninsulares. Na quarta parte, “Efeitos do parasitismo sobre as novas sociedades”, Manoel Bomfim apresenta os resultados da colonização ibérica sobre os “novos povos”, ou o que o parasitismo produziu no organismo parasitado. Nesse tópico, Manoel Bomfim fala dos vícios do Estado, da ação *conservadora* da elite dominante, da inexistência de uma educação popular, do mau emprego do orçamento público, das mazelas advindas da escravidão etc.

Na quinta e última parte, “As novas sociedades”, Manoel Bomfim critica os modelos teóricos que justificavam o domínio da metrópole sobre a colônia, aqui ele navega contra a corrente de intelectuais racistas, evolucionistas e positivistas. Bomfim propõe buscar no social e no cultural as respostas para os males de origem, superando, em grande medida as teorias que atribuíam exclusivamente à raça e ao meio as causas da inferioridade latino-americana. Manoel Bomfim conclui sua obra de maneira otimista exigindo democracia e educação, mas antes de tudo, que não se perca o idealismo e a utopia.

De maneira geral, no contexto da produção intelectual de Manoel Bomfim, procurava-se, sobretudo, explicar as causas do atraso latino-americano, bem como se

buscava através das teorias racistas, darwinistas e positivistas legitimar a prevalência da Europa sob a América Latina. Manoel Bomfim questiona esta visão do alto, esta fala autorizada pelo discurso cientificista e procura colocar em perspectiva os motivos desse “atraso”. Segundo Manoel Bomfim, meio e raça, enquanto fatores determinantes para apontar as causas naturais da inferioridade dos povos americanos, seriam simplesmente frutos da ignorância interesseira do Velho Mundo para com o continente americano. Ao questionar tais teorias, que se assentavam nessa desigualdade inata das raças, Manoel Bomfim se apresenta como o primeiro pensador social brasileiro a criticar, de modo sistemático, o racismo científico e propor causas sociais, para explicar as razões da miséria latino-americana, em especial, a brasileira.

De maneira original Manoel Bomfim aponta duas causas, que, segundo ele, desvelariam essa visão estereotipada do atraso americano. De um lado, ele apresenta uma causa efetiva, qual seja o interesse sob nossas riquezas naturais, nosso potencial enquanto território explorável e, do outro, uma causa intelectual, que não conhece por dentro, aprofundadamente, nossa condição histórica, social e política. .

Esse estado de espírito, esse modo de ver mantém-se também pela absoluta ignorância dos publicistas e sociólogos europeus sobre a América Latina. Pode-se dizer que essa condenação tem uma dupla causa: a causa efetiva, interesseira; e uma causa intelectual – a inteira ignorância das nossas condições e da nossa história social e política, no passado e no presente. Esta é uma verdade que se reflete em cada conceito com que nos acabrunham. (BOMFIM, 2005:44).

Logo nas primeiras páginas de *A América Latina* percebemos o diferencial do pensamento bomfiniano em relação à corrente de intelectuais que lhe são contemporâneos, ele ousa pensar diferente da maioria e sugere outras razões para explicar as causas da subserviência americana. Enquanto Gobineau, Spencer e Comte eram as principais vedetes do intelectualismo brasileiro, (VENTURA, 1991) Manoel Bomfim lia Marx, Proudhon, Bakunin e Darwin. (AGUIAR, 2000). Enquanto uns falavam em raça e meio, ele exigia educação popular e combatia o racismo. Embora médico por formação, Manoel Bomfim não compartilhava desse modelo de pensamento que “acabrunhava” o povo americano, que o qualificava como *gente bárbara, inferior, barulhenta* e incapaz de autogovernar-se. Ao contrário dos seus pares, ele preferia criticar “os males de origem”, isto é, os modelos de colonização postos em prática aqui

na América, bem como os vícios que foram sendo incorporados ao longo da formação nacional, como o *parasitismo*, um dos principais conceitos do pensamento bomfiniano.

Utilizando-se de termos provenientes de sua formação em medicina, Manoel Bomfim compara as sociedades humanas a organismos vivos, recorrendo à metáfora do parasitismo, ele procura explicar a exploração das metrópoles colonizadoras, Espanha e Portugal, sobre os povos americanos. Segundo Bomfim, os males de origem seriam gerados a partir das relações desiguais entre “parasitas” (dominantes) e “parasitados” (dominados), ou seja, os males de origem adviriam como consequência da exploração de uns pelos outros.

Vivendo parasitariamente, uma sociedade passa a viver às custas de iniquidades e extorsões; em vez de apurar os sentimentos de moralidade, que apertam os laços de sociabilidade, ela passa a praticar uma cultura intensiva dos sentimentos egoísticos e perversos. (BOMFIM, 2005:67).

Para alguns comentadores de Manoel Bomfim, essa sua linguagem carregada de biologismos que procurava dar conta da realidade social tinha ascendência nas ideias de Marx (AGUIAR, 2000), outros como Ventura (2002) vão mais longe ao afirmar que Bomfim criou uma “teoria biológica da mais-valia”, segundo a qual “o parasitismo produziria o gosto pela vida sedentária, que levaria ao esgotamento dos recursos e à decadência das sociedades.” (VENTURA, 2002:243-244). Para este autor, a luta constante entre parasita e parasitado seria, portanto, fator preponderante para as mudanças históricas. Contudo, o que conta mesmo, no pensamento bomfiniano, é justamente esta sua maneira original de olhar ao redor de si (RIBEIRO apud BOMFIM, 2005), de buscar interpretar a realidade da América Latina, mais particularmente a brasileira, rejeitando “a noção pseudocientífica de superioridade das raças, atribuindo as diferenças e os graus de processos a fatores de ordem social e cultural.” (CÂNDIDO, 1990:12)

Produzindo um pensamento a contrapelo, Manoel Bomfim coloca em suspeição algumas teorias que legitimavam esta relação perniciosa entre colônia e metrópole, mais especificamente aquelas que sustentavam a escravidão e a dependência, num regime de colonização parasitária. Segundo ele, os efeitos do parasitismo seriam mais evidentes em seu quádruplo aspecto, econômico, político, social e moral da vida coletiva na colônia. Bomfim critica o modo como se processou a retirada (saque) das riquezas da América. Para ele, o processo se deu com violência, com a total destruição do povo

nativo, bem como de sua cultura e de seu meio de subsistência. Nesse sentido, critica tanto a ganância do colono como a voracidade da metrópole.

Português ou espanhol, ele vinha para entesourar e não para trabalhar; e era logo à caça implacável ao índio. [...] Tendo provado o fruto do trabalho escravo os colonos não voltariam mais atrás; onde o elemento índio era escasso ou onde ele foi exterminado, logo o substituíram pelo escravo africano. (BOMFIM, 2005:146).

Chega a ser curioso comparar o pensamento de Manoel Bomfim com pensadores mais evidenciados dentro da historiografia brasileira. Ao fazermos esse exercício, percebemos a lucidez do pensamento bomfiniano ao contestar as principais modas teóricas de seu tempo. Por exemplo, ao contrapormos esse trecho acima de *A América Latina*, em que Manoel Bomfim enxerga apenas a ganância e a vontade de *entesourar* como motor do processo de colonização, com outro, já muito conhecido retirado de um dos livros mais clássicos da nossa historiografia: *Casa Grande & Senzala* (1933), veremos a dissonância do posicionamento de Manoel Bomfim em relação ao já consagrado Gilberto Freyre, principalmente, no que diz respeito à natureza da formação da sociedade na América Latina, especialmente no Brasil. Diz o mestre de Apipucos sobre a colonização americana privilegiando o caso brasileiro:

Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil. [...] Em vez de dura e seca, rangendo do esforço de adaptar-se a condições inteiramente estranhas, a cultura européia se pôs em contato com a indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana. (FREYRE, 2006:115).

Enquanto Manoel Bomfim insiste no caráter abjeto do *choque* entre o colonizador e o nativo, enfatizando a ganância do europeu, o extermínio dos índios e a escravização dos negros, Gilberto Freyre prefere enxergar, no *encontro*, na hibridização, na *harmonia* das relações entre o elemento europeu e o americano, a oportunidade para o início do processo civilizador deste último. Atento a estas diferenças de posicionamento³, que

³ Embora não negue o valor da “mistura” ou reconheça a existência de “sociedades misturadas” Bomfim prefere em grande parte de sua obra enfatizar a violência com que esta se formou; enquanto Freyre prefere em grande medida acreditar em uma democracia racial estabelecida nos trópicos, supervalorizando o papel da miscigenação como fator de evolução, pois ainda acredita na existência de povos mais ou menos avançados. Segundo Roberto Ventura: [...] tanto Manoel Bomfim quanto Gilberto Freire foram contraditórios nessa passagem da raça à cultura, ou na transição do determinismo biológico à história de base social, cultural ou econômica. Freire manteve [...] um viés evolucionista, o que entrava

também revelam trincheiras teóricas e políticas, Darcy Ribeiro (RIBEIRO, apud BOMFIM, 2005) apimenta a discussão, ao inserir a longa tradição historiográfica brasileira, inclusive Gilberto Freyre, dentro de uma prática que preferia beber em pensadores estrangeiros, mais propensos ao reacionarismo com suas teorias de atraso e progresso, a se voltar para fontes mais originais, menos livrescas.

Dentre estes pensadores que encarnaram o reacionarismo das teorias pseudocientíficas do século XIX e início do XX na leitura da realidade social brasileira, destaca-se talvez o maior crítico, o mais aferrado e genioso de todos, da obra de Manoel Bomfim, seu conterrâneo Silvio Romero. Este, no dizer de muitos comentadores, “era célebre por sua agressividade polêmica” (RIBEIRO, apud BOMFIM, 2005: 16), por seu “temperamento fogo e sanguíneo” (AGUIAR, 2000:106), mas também “um intelectual que dá origem a linhas de reflexões que contribuirão de forma decisiva para a discussão da maneira de ser do brasileiro.” (ABDALA JUNIOR, 2002:194). Dificilmente se poderia escrever alguma coisa sobre Manoel Bomfim e não citar o nome de Silvio Romero, seu grande antagonista, porque, no contexto de produção intelectual de Bomfim, o nome de Silvio Romero era de fato temido, tanto por suas virulentas polêmicas quanto por ser ele, naquele instante, um dos principais expoentes do discurso científico oficial.

Sílvio Romero, em suma, não tinha propriamente o rei na barriga: *ele se sentia o verdadeiro e único rei*. Seus argumentos e pontos de vista eram irretocáveis: ninguém tinha sequer o direito de pô-los em dúvida e, muito menos, de contrariá-los ou contra-argumentá-los. No fundo, não bastava a Romero ser reconhecido e citado, *apenas*. Queria ser permanentemente elogiado, papagueado, ungido: e aí daquele que não o fizesse na dimensão e na quantidade do desmedido amor que Romero nutria por si mesmo! (AGUIAR, 2000:106).

Manoel Bomfim, sabendo que Silvio Romero “jogava pesado”, resolveu não polemizar abertamente com seu conterrâneo, embora o mesmo tenha escrito em 1906 um livro homônimo à sua obra, *América Latina*, com o fito exclusivo de refutar suas análises, “reafirmando todos os preconceitos racistas e outros dos europeus contra os latino-americanos!” (REIS, 2006:184). Silvio Romero procurava se basear exclusivamente no modelo naturalista e evolucionista, enfatizando o meio ou a mistura

em desacordo com a pretendida superação dos modelos biológicos e étnicos. [...] Bomfim, por sua vez [...] afastando-se da teoria das raças inferiores, privilegia a história e o dado cultural. (VENTURA, 2002: 255-256).

das raças como fatores determinantes para a formatação de uma unidade nacional, que tenderia, ao se cruzar raças superiores com raças inferiores, a um ganho evolutivo, advindo daí sua crença no *branqueamento* gradual da população, saindo o elemento branco “vitorioso na ‘luta entre raças’ devido à superioridade evolutiva, que garante seu predomínio no cruzamento.” (VENTURA, 1991:51).

Ao se posicionar contrariamente à ciência antropológica e biológica de seu tempo, Manoel Bomfim compra uma briga enorme (apesar de não revidar) com Silvio Romero e com os defensores desta ciência. Romero, por exemplo, não fugindo à sua característica tonitruante, começa a atacá-lo, ou melhor, “resolve beber seu sangue” (AGUIAR, 2000) através de artigos na imprensa, chamando-o de “manozinho”, de “mestiço ibero-americano”, afirmando que seu livro é mal feito, cheio de imprecisões grosseiras, desconsiderando seu conceito de parasitismo, apontando a escassez de suas fontes históricas, dizendo que o que ele faz não é ciência, mas algo motivado por paixões pessoais etc. Manoel Bomfim, por seu turno, prefere não responder aos agravos do ruidoso conterrâneo.

Distanciando-se destas rusgas, Manoel Bomfim distancia-se também da visão *de cima* dos europeus sobre o continente americano. Para ele, o que comumente se atribui de negativo ao elemento índio e ao elemento negro é na realidade consequência de circunstâncias históricas e sociais bem situadas. Manoel Bomfim critica também àqueles para quem a mestiçagem era um fator de inferioridade, afirmando que não existiria uma degenerescência nesses contatos, mas, sobretudo, uma relação de espoliação de uns pelos outros. Ao propor tais questões, Bomfim afirma que as explicações devem ser buscadas na ordem social e não em fatores exteriores a ela. Com isso, sugere voltarmos o olhar para as relações entre colônia e metrópole, desmascarando o cinismo dessas relações a partir de uma causa real de nossas desgraças, “o parasitismo europeu”.

Apesar de se valer de uma mera comparação entre as sociedades humanas e animais, Bomfim consegue captar em linhas gerais a problemática dos países latino-americanos nos aspectos que derivam das semelhanças das suas formações históricas, o que chama de ‘males de origem’, ou seja: a economia agrícola, o trabalho escravo e a exploração pela metrópole a que elas estiveram sujeitas. (ALVES FILHO, 2008:20-21).

Aqui como em outros trechos de *América Latina* percebemos a unidade de pensamento de Manoel Bomfim que parece repetir-se sobre as consequências nefandas da escravidão, da economia agrícola e da exploração da metrópole, para o enfraquecimento tanto do parasita quanto do parasitado. Espoliado e enfraquecido, o explorado é obrigado a assegurar a sobrevivência material do explorador, já que na metrópole nada se produzia, tudo era comprado com o dinheiro da colônia. Para Bomfim, essa relação de dependência mútua é o principal reflexo do parasitismo, é um paradoxo que denota a crueldade das relações entre espoliados e espoliadores, é “sinal” de que nossa base real de sustentação econômica é fruto da exploração ferozmente parasitária, geradora de uma estrutura social eminentemente escravocrata e degradante. (CÂNDIDO, 1990).

A escravidão na América do Sul foi a abjeção moral, a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador; foi também a viciação da produção, gerando males de efeitos extensíssimos, que teriam, todavia, desaparecido com o progredir normal das nacionalidades nascentes. (BOMFIM, 2005:150).

Essa produção viciada foi a marca característica da colonização ibérica, especialmente no que diz respeito à exploração econômica das metrópoles sobre as colônias. Segundo Manoel Bomfim, os colonizadores portugueses e espanhóis conseguiram sistematizar um tipo ideal de parasitismo, o qual nomeou de *parasitismo integral*, porque explica como Portugal e Espanha conseguiram o total domínio sobre o comércio da colônia; primeiro com a proibição de indústrias e de relações com o resto do mundo, depois com o total controle da produção mediante mecanismos fiscais (quintos e dízimos) ou pagamentos diretos a intermediários, ligados diretamente à metrópole. No final das contas esse tipo ideal de parasitismo gerou uma sociedade na qual toda riqueza era drenada, ficando apenas o suor e o sangue do escravo para quem trabalho e chicote eram sinônimos.

Os efeitos dessa tradição econômica irão moldar, segundo Manoel Bomfim, a vida política das novas sociedades. Para ele, todos os vícios encontrados nos costumes políticos da América Latina, são frutos de uma longa vida de rapinagens e saques. Nesse sentido, o Estado colonial irá encarnar o principal inimigo, opressor e espoliador das populações naturais. Dele espera-se apenas o mal, a tirania e a coerção. “Fora disto, não há mais nada: nem polícia, nem higiene, nem proteção ao fraco, nem garantias, nem

escolas, nem obras de interesse público... nada que represente a ação benéfica e pacífica dos poderes públicos.” (BOMFIM, 2005:160).

Uma realidade à parte, o Estado não só era alheio às novas nacionalidades, mas também rivalizava com elas se constituindo em um verdadeiro parasita diante do corpo parasitado. Segundo Manoel Bomfim, o Estado só existiria para “cobrar impostos, coagir as populações, organizar as forças armadas que o defendem e representam o seu poder.” (BOMFIM, 2005:215). Quando na realidade, deveria mesmo era justificar sua existência a partir da representação do interesse geral, e cumprir sua função “de proteger os indivíduos contra a natureza, contra as causas naturais de miséria, contra a ignorância, contra o preconceito, contra a superstição.” (BOMFIM, 2005:214). Tal deturpação da função do Estado, espoliando, corrompendo e pervertendo as relações entre metrópole e colônia, acabaria trazendo como consequência a depravação do senso moral das populações inseridas nos vícios de horror ao trabalho livre, de desconfiança das autoridades e acomodação da classe dominante.

Segundo Manoel Bomfim, nem mesmo a Independência significou independência, houve apenas, nos países em que as mudanças foram mais *radicais*, uma substituição de pessoas. E atesta amargurado que no Brasil não houve nem isso:

Aqui, não só houve alteração essencial no regime governativo, como não foi destituído um só dos altos funcionários. Era o Estado-colônia; um dia, espantada pelas águias de Bonaparte, partiu-se de lá da metrópole a Coroa, e veio achar-se aqui, substituindo-se ao governador geral; depois retirou-se o rei, deixando aqui o príncipe como seu lugar-tenente – e o Estado sempre o mesmo, mantendo a orientação tradicional. Foi então quando o príncipe, lugar-tenente da metrópole, chefe do Estado-colônia, declarou nacionalizar-se brasileiro, e, em vez de ‘futuro rei de Portugal e do Brasil’, qual era, passou a ‘imperador do Brasil e futuro de rei de Portugal.’ (BOMFIM, 2005:212).

Essa é uma leitura perspicaz do processo de independência do Brasil feita por Manoel Bomfim, mas que lhe rendeu a fama nada gloriosa de lusófono ou anti-Bragança (REIS, 2006). Ao apontar o *conservantismo* das classes dominantes no poder como consequência das mudanças de regime político no Brasil, Manoel Bomfim faz uma dura crítica àquilo que Carlos Nelson Coutinho (2005) chama de “manobras pelo alto”, ou seja, *revoluções* feitas pela elite para conservar a elite. Esse jogo de poder pelo poder anularia qualquer função legítima do Estado, que apenas continuaria a cobrar sem

nada oferecer. É daí que Bomfim conclui que, para o povo: Estado é sinônimo de “governo” e imposto de “tributo”. Em síntese, as relações do povo com o Estado se manteriam mais pelo ódio do que pelo respeito, mais pelo temor que pela confiança.

Bomfim faz a mesma leitura do processo que culminou com a *República*⁴, logo tachada por ele de uma coisa “mirífica” e “abstrata”, porém, dessa vez, vai mais longe ao criticar o constitucionalismo falseado em que se assentava tal regime, em que a democracia, tão propalada pelos intelectuais dirigentes desse processo ou como ele gostava de chamar “teóricos da estagnação”, haveria de ser conseguida mediante o sufrágio, no entanto, sob a condição excludente do letramento. Quer dizer, novamente uma “manobra pelo alto”, num país em que somente 10% da população era alfabetizada, falar em democracia, República e sufrágio universal era apenas mais “uma burla, visto a ignorância absoluta das massas.” (BOMFIM, 2005: 224).

Dentre muitos aspectos que diferenciam o pensamento de Manoel Bomfim dos seus contemporâneos intelectuais, gostaria de destacar sua atuação prometéica de denunciador dos primeiros vícios de nosso sistema educacional. A educação popular, para Manoel Bomfim, em seu jargão médico, era o “remédio” para “tratar” dos males de origem que faz dos latino-americanos um povo miserável, sem instrumentos para compreender as razões de sua própria miséria. (ALVES FILHO, 2008). Ele critica os próprios dirigentes da classe dominante que incorporam o discurso do estrangeiro mal informado e condenam o povo por sua situação de miséria, por sua penúria social e ignorância. Manoel Bomfim curva o dedo de quem aponta, no povo, o incapaz, o inaproveitável, o “inimpregável” e o faz olhar que o povo mais que sujeito responsável por sua condição (de povo), foi sujeitado a ocupar o lugar que hoje ocupa (lugar de povo).

Não se lembram de que, ao condenar o nacional – o elemento povo – como incapaz e inaproveitável, eles se condenam a si mesmos, porque, em suma, o povo não se dirige por si, não se fez por si, não tem sido senhor dos seus destinos; tem sido dirigido, governado, educado pelas classes dominantes; elas é que os fizeram, e, se não presta, a culpa é de quem não soube educar. Se a massa popular é inaproveitável, então estas nações não têm razão de ser, devem desaparecer; e desaparecerão também as outras classes, que uma nação não é feita, apenas, de classes dirigentes. (BOMFIM, 2005: 199).

⁴ Não esqueçamos que Manoel Bomfim é contemporâneo desse processo e que o acompanhou de perto. Outras leituras que enriqueceriam a compreensão desse processo de mudança de regime político no Brasil no sentido mais reacionário podem ser feitas em: (CARVALHO, 2008; BOTELHO, 2002).

A educação popular foi uma bandeira levantada pelo médico, educador e cientista social Manoel Bomfim. Contrariamente ao que se poderia supor diante de um homem do século XIX, que analisa o Brasil e a América Latina do início do século XX, Bomfim antecipa muitas discussões que hoje nos são contemporâneas, por exemplo, os gastos orçamentários com a educação (sempre menos que o necessário), ou mesmo o quase esquecimento do ensino primário e técnico, em favor de um ensino superior bacharelesco. Segundo Manoel Bomfim, preferia-se antes fazer “doutores para boiar sobre uma massa de analfabetos”, do que “preparar a massa geral da população”, que continuava submetida ao mesmo regime de ignorância secular, ao mesmo sistema de atraso de quando o continente passou a ser possessão ibérica. Bomfim faz uma lúcida leitura da distribuição de gastos estatais tomando por base o orçamento de 1903, em que quase 85% do orçamento são empregados em inutilidades e apenas 15% em coisas úteis para a população.

É espantoso, é monstruoso, que um país novo, onde toda a educação intelectual está por fazer, onde a massa popular é ignorantíssima, onde não há instrução industrial nem técnica, onde o próprio meio e todos os seus recursos naturais não estão estudados – é monstruoso que, num tal país, para um orçamento de 300 mil contos, reservem-se 73 mil contos para a força pública, e apenas 3.200 contos para tudo, tudo que interessa à vida intelectual – ensino, bibliotecas, museus, escolas especiais, observatórios etc.⁵ (BOMFIM, 2005: 216).

É imprescindível observar no pensamento bomfiniano essa importância que ele atribui ao ensino público, ou seja, Manoel Bomfim entendia que esse projeto educacional era uma prerrogativa fundamental para a constituição de um país verdadeiramente democrático e independente. Muitos de seus críticos, em especial Antonio Candido (1990), apontavam nessa sua postura enfática, nesse seu desejo de educação das massas, apenas uma *visão ilustrada*, na qual enxergando apenas a educação como remédio suficiente para redimir o povo, esquecia-se de um projeto político-social verdadeiramente transformador, que englobasse outros aspectos da vida da população. No meu entender, esse argumento de Candido (1990) perde força no instante em que ele não coloca em perspectiva o quadro geral de análise de Manoel Bomfim, reduzindo o pensamento deste a uma ideia que lhe era cara, mas que fazia

⁵ Se o bom leitor atentar para esta constatação de Manoel Bomfim (1903) e comparar com as monstruosidades do nosso gargalo orçamentário (2011) poderá até vir a sofrer um infarto, ou coisa que o valha, ao saber quanto custa um político em nosso país e como está o nosso sistema de ensino.

parte de um contexto muito maior, que era justamente a crítica a um modelo de projeto de nação⁶ que vinha se sustentando em ideias reacionárias e anticientíficas.

Evidentemente Manoel Bomfim derrapou em muitas de suas leituras da realidade social, fato que pode ter contribuído para seu esquecimento dentro do pensamento social brasileiro. Embora superando o pessimismo e o determinismo das teorias do meio e da raça, entendidas como imutáveis e determinantes para a formação do caráter social, Bomfim continuou aferrado à ideia de transmissão hereditária dos traços psicológicos, que para Ventura (2002) era uma contradição à sua solução educacional tida como necessária para alterar o “caráter” do povo brasileiro. O próprio uso metafórico do conceito biológico de parasitismo deixou de ser encarado como válido para os novos paradigmas das ciências humanas e sociais a partir da década de 1930. Seu “biologismo sociológico” não resistiu a conceitos mais relativizados, especialmente aqueles advindos da antropologia boaziana de Gilberto Freyre.

3 Considerações finais: O rebelde lembrado

Na última parte desse artigo retomo a pergunta inicial que me fiz ao tomar conhecimento da existência de *um* Manoel Bomfim na historiografia brasileira: *Por qual razão não o conheci antes?* Bem, após ler um pouco mais sobre as ideias de Bomfim, e sobre as ideias dos seus comentadores, percebi que minha ignorância era até certo ponto justificada. Fui vítima! Mas não do tipo que morre com tiro, por exemplo, mas da que morre pelo silêncio, ou melhor, pela “covardia do silêncio” como diz um amigo meu. Silêncio produzido pelo silêncio, pelo esquecimento (que também é silêncio). Pelo descarte da conveniência acadêmica, política, editorial, ideológica, sectária etc.etc.etc. Mas tem horas que o silêncio engolfa em si mesmo ficando insuportável permanecer silêncio, aí rasga, rompe, derrama, explode, ribomba numa enxurrada de sons, aí se ouve, não mais o silêncio, mas o que ele guardava, no meu caso, um dos mais lúcidos pensadores da realidade social brasileira, Manoel José Bomfim.

Mas “por que ninguém sabe dele? Por que ele não exerceu nenhuma influência?” (RIBEIRO, apud BOMFIM, 2005: 13). Ou melhor, “por que não se fala neste Manoel Bomfim?” (AGUIAR, 2000: 509). Razões não faltam, e serão elas que irão compor este

⁶ Para aprofundar as discussões sobre esse projeto de nação ver: (SEVCENKO, 2003).

parágrafo. Vamos começar pelo fato de Manoel Bomfim ser diferente, não no sentido anormal da palavra, mas no de ser original, e ainda, não no sentido de inventor da roda, mas ser diferente e original, no sentido de questionar os regimes discursivos do paradigma científico do campo intelectual brasileiro, ainda que participante dele. Manoel Bomfim também se recusa a polemizar com Silvio Romero, uma oportunidade de ganhar evidência, aparecer, firmar-se enquanto intelectual, não por medo ou excesso de si, preferiu recuar. Outro ponto pode ser destacado: Manoel Bomfim contradiz muito as teorias que sustentavam a dominação das elites dirigentes, sua superioridade racial, seu modelo de colonização, seu sistema político e econômico etc. Sua linguagem carregada de biologismos foi certamente um dos fatores cruciais para seu esquecimento. Finalmente, Manoel Bomfim foi um escritor prolixo e, sobretudo, *apaixonado*, não que isso seja uma doença grave para quem o lê hoje, mas para o excesso de puritanismo da Ciência até meados da década de 1920 era fatal.

Esquecido durante muitos anos, Manoel Bomfim vem sendo (re)descoberto desde a década de 1990 após a reedição de algumas de suas obras e de trabalhos que discutem a pertinência de seu pensamento na interpretação da realidade brasileira. Dentre os mais respeitados comentadores que frequentaram a obra de Bomfim, nos últimos trinta anos, podemos citar: Roberto Ventura, Flora Sussekind, Silvano Santiago, Aluizio Alves Filho, José Carlos Reis, Darcy Ribeiro, Antonio Candido e Ronaldo Conde Aguiar; embora já tenhamos muitos trabalhos de Mestrado e Doutorado sobre o pensamento social do médico sergipano, convém sempre instigar, como fui instigado⁷, a ampliar nossa vereda teórica, a fugir do consagrado e ousar se aventurar pelo novo, tirar do plástico aquele livro que nunca seria lido, que nunca seria maculado pelo nosso *voyeurismo*, pela nossa curiosidade de olhar o que tem lá dentro, de descobrir se é mistério ou revelação. Portanto, concluo este artigo com um convite, me apropriando, do texto de Reis, que diz porque devemos ler, discutir e produzir sobre Manoel Bomfim:

Deve-se ler Manoel Bomfim porque sua interpretação do Brasil é a favor da nação brasileira, defende os interesses populares contra o parasitismo das elites, propõe uma radicalização democrática contra a tradição secular de espoliação e exclusão da população brasileira do seu próprio país. Suas teses rebeldes, solitárias em sua época, abrem o horizonte brasileiro para a integração democrática da nação, que ainda

⁷ Agradeço esta oportunidade de “fogo” a meu professor e orientador Denílson Botelho, que me apresentou Manoel Bomfim.

está por ser conquistada. Sua interpretação revolucionária do Brasil é original, corajosa, pioneira. Ele antecipou muitas teses sobre o Brasil, que, depois, fizeram a notoriedade de outros autores. Ele sustentou a força da civilização brasileira contra o olhar desanimador, aniquilador, de europeus e intelectuais brasileiros aculturados. Ele nos ensinou a recusar esse ‘olhar dominado’ que nos ressecava. Sua recepção das teorias raciológicas como não-científicas, como justificadoras da expansão e dominação européia sobre a América Latina – já em 1905! – foi genial. Ele pensou o Brasil no contexto latino-americano, o que somente muito mais tarde se faria. Ele combateu a ‘história oficial’ [...]. Ele denunciou – em 1905! – a destruição do meio ambiente e defendeu a exploração racional dos recursos naturais. A discussão de sua interpretação do Brasil é indispensável para que possamos nos aproximar da realidade brasileira e criar uma representação de nós mesmos, com uma linguagem nossa, moderna, mas própria, que nos faça avançar com coragem e confiança. (REIS, 2006: 222-223).

REFERÊNCIAS

- ABDALA JUNIOR, Benjamim. Silvio Romero: história da literatura brasileira. In: MOTA, Lourenço Dantas. (Org). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos* 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002. p.191-217.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALVES FILHO, Aluizio. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia racial*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- BOTELHO, Denílson. *A pátria que quisera ter era um mito: o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002. 240 p.
- CÂNDIDO, Antônio. “Radicalismos”. *Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, São Paulo, vol.4, n.8, 1990.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 196p.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Os intelectuais e a organização da cultura. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.11-36.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- CONTRAPONTO – Revista Eletrônica de História, Teresina, n. 1, v. 1, jun. 2011.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51.ed. São Paulo: Global, 2006.

REIS, José Carlos. Civilização brasileira e otimismo revolucionário (ingênuo): Manoel Bomfim e o sonho da República soberana e democrática. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.183-239. v.2.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. p. 11-22.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 420 p.

VENTURA, Roberto. A América Latina: males de origem. In: MOTA, Lourenço Dantas. (org). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2002. p. 237-258. v.2.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.